

29/07/2019

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[As bolsas do CNPq e o futuro](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Frigorífico que foi interdito volta a ganhar licitações da merenda em SP](#)

[Pré-distribuir habilidades é melhor jeito de reduzir desigualdade, diz Nobel de](#)

[Economia](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[O Brasil conhece os Brasis?](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Inscrição para professores e servidores trabalharem no Enem termina hoje](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[As bolsas do CNPq e o futuro](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Estudantes têm até esta segunda-feira para renegociar dívidas do Fies](#)

[Biblioteca é mais importante em escolas em áreas mais pobres, mostra estudo](#)

[Estudantes têm até esta segunda-feira para renegociar dívidas do Fies](#)

CORREIO WEB

[Balanço do ensino público do DF](#)

G1

[Médicos pelo Brasil é o programa que substituirá o Mais Médicos em regiões remotas do país, diz Ministro da Saúde](#)

PORTAL ISTOÉ

[Na universidade, aliança contra os ataques à ciência](#)

R7

[Na universidade surge aliança contra os ataques à ciência](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[As bolsas do CNPq e o futuro](#)

TIMES BRASÍLIA - DF

[Balanço do ensino público do DF](#)

UFMG

[Grupo da UFMG identifica gene associado ao câncer de fígado](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Amostras de vírus e células estão em risco após roubo a laboratório da UFRJ](#)

BNC

[MEC libera oferta de mestrado e doutorado a distância](#)

PORTAL EXAME

[Pesquisa mostra que 90% dos brasileiros querem um maior investimento em ciência e tecnologia](#)

RONDONOTÍCIAS - RO

[ADESG Rondônia realiza palestras em parceria com a 17ª Brigada](#)

TERRA

[Pesquisa mostra que 90% dos brasileiros querem um maior investimento em ciência e tecnologia](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Revelado gene que indica a eficiência de tratamento contra o câncer de pele](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA MT

[Inep realiza questionário para revisar o Censo da Educação Superior](#)

FOLHA PA

[Inep realiza questionário para revisar o Censo da Educação Superior](#)

G1

[MEC quer ofertar 99 serviços em portal único na web até 2020](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC quer reunir serviços de inscrições para bolsas e exames em nova plataforma](#)

CORREIO WEB

[Fies – Prazo para renegociação de dívidas termina hoje \(29/07\)](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Projeto de internacionalização da pós-graduação do Inpe lança novos editais](#)

[As bolsas do CNPq e o futuro](#)

R7

[MEC anuncia login único para todos os serviços da pasta](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

As bolsas do CNPq e o futuro

Sem recursos para suas pesquisas, cientistas tendem a procurar alternativas profissionais em países desenvolvidos.

Por causa do contingenciamento de 41,9% das verbas para gastos discricionários na área de ciência, bloqueando R\$ 2,132 bilhões dos R\$ 5,79 bilhões previstos pela Lei Orçamentária Anual, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa para doutorado, pós-doutorado e professores visitantes. O órgão prometeu reavaliar a decisão em setembro – isso se o governo liberar crédito suplementar. Além disso, reconheceu que os recursos previstos para o próximo semestre serão insuficientes para pagar as 84 mil bolsas que estão em vigência.

As dificuldades já eram previstas desde março, quando o Ministério da Economia anunciou os primeiros contingenciamentos. Na época, as atenções se concentraram nas áreas de educação e saúde. Agora, elas se voltam para os efeitos negativos que a suspensão das bolsas pode acarretar nas áreas de pós-graduação e de desenvolvimento científico. Há dois meses, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), já havia anunciado o corte de mais de 6 mil bolsas de pesquisa. Na época, o CNPq – que é subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

(MCTIC) – também havia alertado o governo de que não teria como honrar os compromissos assumidos.

A crise da área de pós-graduação e pesquisa começou há vários anos – antes da eclosão das atuais dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo governo –, quando os dois órgãos de fomento a pesquisa e formação acadêmica passaram a sofrer sucessivos cortes de verbas. Em 2014, por exemplo, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, ele caiu para R\$ 784 milhões – valor que será concedido até o final do ano

somente se o contingenciamento for suspenso.

No caso da **Capes**, a suspensão das bolsas desorganiza o planejamento acadêmico das principais universidades públicas do País. Para ter ideia do problema, das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos, 36 são universidades federais e 7 são universidades estaduais. No caso do CNPq, a queda no volume de recursos para gastos discricionários acaba atingindo, direta ou indiretamente, institutos de pesquisa ligados ao governo federal, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

A interrupção das pesquisas, que pode comprometer trabalhos em andamento, levando à perda do que vinha sendo feito e acarretando vultosos prejuízos, é só um dos lados do problema. O outro é a fuga de cérebros – ou seja, de cientistas brasileiros cuja formação nas áreas de matemática, física, química, energia nuclear, biologia, biomedicina, demografia e geografia feita no País ou no exterior foi custeada por recursos públicos. Com salários baixos e sem recursos para financiar suas pesquisas, eles tendem a procurar alternativas profissionais em países desenvolvidos.

Trata-se de um paradoxo perverso, pois não faz sentido que um país em desenvolvimento, como o Brasil, que na virada do século 20 para o século 21 tinha montado um sistema de ciência e tecnologia com centros de excelência em algumas áreas, financie a formação de cientistas que trabalharão nos Estados Unidos e na Europa. Como esses cientistas têm enorme potencial para apresentar ideias inovadoras, e que podem aumentar a eficiência da economia, sua emigração para os países desenvolvidos prejudica o potencial de crescimento de médio e longo prazos do Brasil.

Com isso, o País não consegue passar para níveis mais sofisticados de produção, permanecendo muito abaixo dos padrões necessários a uma economia competitiva e capaz de ocupar espaços maiores no comércio mundial. É justamente por isso que a decisão do CNPq de suspender a concessão de novas bolsas de pesquisa causa apreensão.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Frigorífico que foi interditado volta a ganhar licitações da merenda em SP
Gestão Doria também deixou no papel projeto para que chefs ajudassem nos menus de escolas**

São Paulo

Sem punição, um frigorífico autuado no início do ano por entregar produto adulterado voltou a ganhar licitações abertas pela gestão João Doria (PSDB) para fornecer carne à merenda das escolas estaduais de São Paulo.

A empresa NS Alimentos foi interditada pelo Ministério da Agricultura no dia 30 de janeiro, após fiscalização constatar fraude econômica —que consiste na venda de um produto diferente do que o informado, ou em quantidade menor, com a injeção de outros produtos como salmoura (solução de água saturada com sal).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/frigorifico-que-foi-interditado-volta-a-ganhar-licitacoes-da-merenda-em-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ENTREVISTA

Pré-distribuir habilidades é melhor jeito de reduzir desigualdade, diz Nobel de Economia

James Heckman afirma que só é possível haver livre competição com igualdade de oportunidades

Chicago

Políticas para a primeira infância podem ser o antídoto contra a perpetuação de desigualdades de uma geração para outra. Isso porque a tendência é que famílias estruturadas invistam na educação dos filhos desde o berço, enquanto as mais vulneráveis não conseguiriam fazê-lo, consumidas pela batalha da sobrevivência diária.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/pre-distribuir-habilidades-e-melhor-jeito-de-reduzir-desigualdade-diz-nobel-de-economia.shtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

O Brasil conhece os Brasis?

O Brasil é um país diverso e a diversidade é um ativo, mais que belo, estratégico. Porém, o país acabou traduzindo esse ativo em desigualdade, de muitas ordens, afetando as pessoas ao longo da vida.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6368203/o-brasil-conhece-os-brasis>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Inscrição para professores e servidores trabalharem no Enem termina hoje Professores da rede pública e servidores federais da Bahia podem trabalhar no exame; valor pago é de R\$ 342 por dia

Termina nesta segunda-feira (29) o prazo para servidores públicos federais e professores da rede pública estadual ou municipal se inscreverem para trabalhar na Rede Nacional de Certificadores (RNC) no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A inscrição deve ser feita até as 23h59, no Sistema RNC, considerando o horário de Brasília. Na Bahia, há vagas principalmente para o município de Uibaí.

A oportunidade é para atuar como certificador em um ou nos dois domingos de aplicação do Enem, que esse ano será realizado em 3 e 10 de novembro. Os certificadores são representantes do Inep em todos os locais de prova e são responsáveis por conferir vários procedimentos. O valor pago é de R\$ 342 por dia, o que equivale a R\$ 28,50 por hora de trabalho.

Os interessados precisam cumprir alguns critérios antes de se inscreverem pela internet, no Sistema RNC ou pelo aplicativo da Rede. Antes da inscrição, é necessário realizar cadastro, exclusivamente pelo sistema. Quem tem cadastro de anos anteriores, pode atualizar as informações ou fazer a inscrição diretamente.

Todos os inscritos que atenderem aos critérios do Inep serão convocados para uma capacitação no formato de educação a distância. Aqueles que obtiverem a nota mínima exigida estarão aptos a atuar como certificadores do Enem. As demandas de trabalho são emitidas na semana do exame, de acordo com a necessidade do Inep para cada local de prova. Em 2019, o Enem será aplicado em 1.728 municípios.

Crítérios para participação

Ser servidor público do Poder Executivo Federal, em exercício em 2019, regido pela Lei nº 8.112, ou docente da rede pública estadual ou municipal de ensino, efetivo e registrado no Censo Escolar 2018.

Ter formação mínima em ensino médio.

Não estar inscrito e nem ter parentes inscritos no Enem 2019.

Não ter vínculo com qualquer atividade do Enem ou do Inep.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

As bolsas do CNPq e o futuro

Sem recursos para suas pesquisas, cientistas tendem a procurar alternativas profissionais em países desenvolvidos

Por causa do contingenciamento de 41,9% das verbas para gastos discricionários na área de ciência, bloqueando R\$ 2,132 bilhões dos R\$ 5,79 bilhões previstos pela Lei Orçamentária Anual, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa para doutorado, pós-doutorado e professores visitantes. O órgão prometeu reavaliar a decisão em setembro - isso se o governo liberar crédito suplementar. Além disso, reconheceu que os recursos previstos para o próximo semestre serão insuficientes para pagar as 84 mil bolsas que estão em vigência.

As dificuldades já eram previstas desde março, quando o Ministério da Economia anunciou os primeiros contingenciamentos. Na época, as atenções se concentraram nas áreas de educação e saúde. Agora, elas se voltam para os efeitos negativos que a suspensão das bolsas pode acarretar nas áreas de pós-graduação e de desenvolvimento científico. Há dois meses, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), já havia anunciado o corte de mais de 6 mil bolsas de pesquisa. Na época, o CNPq - que é subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - também havia alertado o governo de que não teria como honrar os compromissos assumidos.

A crise da área de pós-graduação e pesquisa começou há vários anos - antes da eclosão das atuais dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo governo -, quando os dois órgãos de fomento a pesquisa e formação acadêmica passaram a sofrer sucessivos cortes de verbas. Em 2014, por exemplo, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, ele caiu para R\$ 784 milhões - valor que será concedido até o final do ano somente se o contingenciamento for suspenso.

No caso da **Capes**, a suspensão das bolsas desorganiza o planejamento acadêmico das principais universidades públicas do País. Para ter ideia do problema, das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos, 36 são universidades federais e 7 são universidades estaduais. No caso do CNPq, a queda no

volume de recursos para gastos discricionários acaba atingindo, direta ou indiretamente, institutos de pesquisa ligados ao governo federal, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

A interrupção das pesquisas, que pode comprometer trabalhos em andamento, levando à perda do que vinha sendo feito e acarretando vultosos prejuízos, é só um dos lados do problema. O outro é a fuga de cérebros - ou seja, de cientistas brasileiros cuja formação nas áreas de matemática, física, química, energia nuclear, biologia, biomedicina, demografia e geografia feita no País ou no exterior foi custeada por recursos públicos. Com salários baixos e sem recursos para financiar suas pesquisas, eles tendem a procurar alternativas profissionais em países desenvolvidos.

Trata-se de um paradoxo perverso, pois não faz sentido que um país em desenvolvimento, como o Brasil, que na virada do século 20 para o século 21 tinha montado um sistema de ciência e tecnologia com centros de excelência em algumas áreas, financie a formação de cientistas que trabalharão nos Estados Unidos e na Europa. Como esses cientistas têm enorme potencial para apresentar ideias inovadoras, e que podem aumentar a eficiência da economia, sua emigração para os países desenvolvidos prejudica o potencial de crescimento de médio e longo prazos do Brasil.

Com isso, o País não consegue passar para níveis mais sofisticados de produção, permanecendo muito abaixo dos padrões necessários a uma economia competitiva e capaz de ocupar espaços maiores no comércio mundial. É justamente por isso que a decisão do CNPq de suspender a concessão de novas bolsas de pesquisa causa apreensão.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Estudantes têm até esta segunda-feira para renegociar dívidas do Fies
Débitos poderão ser divididos em, no mínimo, 48 meses, e o valor da parcela resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200**

O Globo

RIO - Estudantes do ensino superior que aderiram ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) têm até esta segunda-feira para pedir a renegociação da dívida. Os débitos poderão ser divididos em, no mínimo, 48 meses.

[Clique aqui para ler mais sobre o Fies](#)

Os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200.

Além disso, há a parcela de entrada: o estudante deverá pagar 10% da dívida consolidada vencida ou R\$ 1.000 — o que tiver o maior valor.

Mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização e com atraso no pagamento das prestações. Somado, o saldo devedor total alcança cerca de R\$ 11,2 bilhões.

Para renegociar a dívida, o estudante precisa ter firmado o contrato com o Fies até o

segundo semestre de 2017, estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias, e ter contratos em fase de amortização.

Além disso, os contratos não podem ser objeto de ação judicial. A depender do tipo contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização.

Como funciona o Fies

Terminou neste mês o prazo para a inscrição no Fies. O Ministério da Educação (MEC) disponibilizou 46.600 vagas em 1.756 instituições do país.

Há duas modalidades de financiamento, a primeira a juros zero é destinada a pessoas que tenham renda familiar mensal per capita de até três salários mínimos. A outra, chamada P- Fies, tem juros variáveis e é destinada a pessoas com renda familiar mensal per capita de até cinco salários mínimos.

O Fies costuma abrir inscrições no início e no meio do ano. Na edição do primeiro semestre, foram ocupadas 53.400 vagas — dessas, 43.694 já se converteram em contratos firmados e outros 9.706 estão em processo de contratação.

Com 20 anos de existência, o Fies atingiu o auge em 2014, quando 732.673 contratos foram firmados. Com a crise econômica, o fundo teve uma queda brusca em 2015, registrando 287.473 contratos.

Depois disso, o financiamento foi minguando a cada ano, chegando a 82.424 contratos firmados em 2018.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), três em cada cinco estudantes que usaram o programa para financiar os custos da universidade, estão inadimplentes.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Biblioteca é mais importante em escolas em áreas mais pobres, mostra estudo

A existência de bibliotecas ou salas de leitura está positivamente associada ao desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, especialmente em escolas que atendem alunos mais pobres. É o que indica uma pesquisa que será apresentada nos dias 2 e 3 de setembro no Fórum de Educação, durante a Bienal do Livro. O estudo foi realizado por pesquisadores do Insper e encomendado pelo Instituto Pró-Livro. Foram visitadas, em 17 Estados, 500 escolas onde o desempenho em Língua Portuguesa na Prova Brasil (exame oficial de aprendizagem do MEC) era maior, para entrevistar pessoalmente diretores, professores e responsáveis pelas bibliotecas. A partir dessas conversas foi possível identificar que a presença de um responsável qualificado pelo espaço, de um professor que se envolve em atividades de pesquisa e leitura e incentiva os alunos a frequentarem a biblioteca, a qualidade do acervo, e o uso de recursos eletrônicos foram fatores de correlação mais positiva com o desempenho.

Na avaliação de Zoara Failla, coordenadora da pesquisa pelo Instituto Pró-Livro, o resultado mais relevante está no fato de o impacto do uso das bibliotecas ser maior em escolas que atendem alunos de menor nível socioeconômico. Para Sergio Firpo, responsável pela pesquisa no Insper, os resultados reforçam evidências de que, no caso de famílias com menos condições de garantir recursos educacionais adequados aos seus

filhos, o papel da escola torna-se mais relevante. No ano que vem, acaba o prazo estipulado pela Lei 12.244/2010 para que todas as escolas do Brasil possuam bibliotecas. Estamos bem longe disso, já que apenas 31% dos colégios públicos e 57% dos particulares têm esse equipamento.

O simples fato de existir uma biblioteca na escola obviamente não é garantia de que o aprendizado aumentará. Mas a falta ou inadequação de material de biblioteca é apontada pela maioria (51%) dos diretores brasileiros como um problema grave, que afeta o aprendizado dos alunos em suas escolas, de acordo com a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, realizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Na média da OCDE – formada principalmente por nações ricas – essa proporção é de apenas 16%.

É muito difícil mensurar o impacto causado diretamente por uma biblioteca escolar no aprendizado de alunos. Há, porém, um razoável número de estudos acadêmicos confirmando o que é intuitivo: incentivar o hábito de leitura desde cedo têm impactos positivos, que não se restringem ao aprendizado na escola. Um estudo publicado no ano passado na revista científica *Pediatrics* – da Academia Americana de Pediatria – mostrou que um programa da prefeitura de Boa Vista (RR) e do Instituto Alfa e Beto com beneficiários do Bolsa Família levou a ganhos significativos de vocabulário, desenvolvimento cognitivo e na qualidade das interações entre crianças de 2 e 4 anos e seus cuidadores. Uma explicação foi que, mais do que simplesmente distribuir e recomendar a leitura, houve orientação de profissionais aos pais sobre como fazer uma leitura mais interativa, estimulando conversas entre pais e filhos.

O desafio maior das políticas públicas em grande escala e em contextos de alta desigualdade é como fazer isso com qualidade no caso de famílias de baixa renda e escolaridade. São justamente aquelas que, de acordo com o estudo encomendado pelo Instituto Pró-Livro, podem ser as maiores beneficiadas de uma política de incentivo à leitura.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Estudantes têm até esta segunda-feira para renegociar dívidas do Fies
Débitos poderão ser divididos em, no mínimo, 48 meses, e o valor da parcela resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200**

RIO - Estudantes do ensino superior que aderiram ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) têm até esta segunda-feira para pedir a renegociação da dívida. Os débitos poderão ser divididos em, no mínimo, 48 meses.

Os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200.

Além disso, há a parcela de entrada: o estudante deverá pagar 10% da dívida consolidada vencida ou R\$ 1.000 — o que tiver o maior valor.

Mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização e com atraso no pagamento das prestações. Somado, o saldo devedor total alcança cerca de R\$ 11,2 bilhões.

Para renegociar a dívida, o estudante precisa ter firmado o contrato com o Fies até o

segundo semestre de 2017, estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias, e ter contratos em fase de amortização.

Além disso, os contratos não podem ser objeto de ação judicial. A depender do tipo contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização.

Como funciona o Fies

Terminou neste mês o prazo para a inscrição no Fies. O Ministério da Educação (MEC) disponibilizou 46.600 vagas em 1.756 instituições do país.

Há duas modalidades de financiamento, a primeira a juros zero é destinada a pessoas que tenham renda familiar mensal per capita de até três salários mínimos. A outra, chamada P- Fies, tem juros variáveis e é destinada a pessoas com renda familiar mensal per capita de até cinco salários mínimos.

O Fies costuma abrir inscrições no início e no meio do ano. Na edição do primeiro semestre, foram ocupadas 53.400 vagas — dessas, 43.694 já se converteram em contratos firmados e outros 9.706 estão em processo de contratação.

Com 20 anos de existência, o Fies atingiu o auge em 2014, quando 732.673 contratos foram firmados. Com a crise econômica, o fundo teve uma queda brusca em 2015, registrando 287.473 contratos.

Depois disso, o financiamento foi minguando a cada ano, chegando a 82.424 contratos firmados em 2018.

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), três em cada cinco estudantes que usaram o programa para financiar os custos da universidade, estão inadimplentes.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Balço do ensino público do DF

Após seis meses à frente da Secretaria de Educação do Distrito Federal, secretário avalia os resultados da gestão, esclarece dúvidas e anuncia os próximos passos da pasta.

Os alunos podem esperar alguma novidade no retorno às aulas no segundo semestre do ano? Os novos uniformes anunciados serão distribuídos para o retorno?

Sobre os uniformes, não temos certeza ainda porque não foi feita a licitação. Então, não podemos confirmar se os uniformes já estarão em uso no segundo semestre. Mas, para além disso, teremos um novo regimento e algumas escolas mudando de localização. Por exemplo, a Escola Classe 52 de Taguatinga, que foi construída de forma temporária há quase 30 anos e era para ter durado só 10, finalmente fechou para reconstrução e os alunos vão ser atendidos, temporariamente, em três outras escolas de Taguatinga. Temos também novas escolas da gestão compartilhada com a (Secretaria de) Segurança e começaremos a implantar a gestão compartilhada com a (Secretaria de) Cultura e os centros culturais bilíngue.

Os estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública poderão contar com alguma preparação para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)?

Dois simulados serão feitos, e os materiais de estudos preparatórios de português, matemática e ciências finalmente serão entregues. Vamos começar a produzir aulas digitais, com vídeos, jogos e quizzes. A substituição de computadores e a instalação de projetores e televisões nas salas para as aulas digitais já começaram a ser feitas. Para a elaboração dos materiais de estudos, foram verificados os conteúdos em que os alunos mais têm dificuldade, e a construção foi feita a partir daí. Os alunos têm dificuldade de aprender porque os professores têm dificuldade de ensinar. Então, os materiais vêm como uma estratégia para que a aprendizagem seja possível.

Três alunas do Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Técnica do Gama (Cemi Gama) construíram um refrigerador instantâneo que ficou conhecido como “micro-ondas ao contrário” e foram convidadas para mostras em Pernambuco e no Peru. No entanto, lidam com falta de recursos por parte da Secretaria de Educação tanto para a participação nos eventos quanto para pesquisa e ciência. O que tem sido feito nesse sentido?

Nós prometemos para elas que vamos ajudar com a ida ao Peru, mas ainda não é a solução. Temos conversado com o BRB (Banco Regional de Brasília) e com a FAP-DF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal). Levamos ao Alexandre Santos, presidente da FAP, duas questões: a primeira é justamente essa, os alunos precisam de ajuda financeira para custear eventuais viagens, competições e olimpíadas. A segunda é o investimento em editais de pesquisa científica para alunos do ensino médio. Eu estou bem otimista nesse sentido, creio que a FAP vai conseguir criar meios de ajudar esses estudantes. Eu chamei as meninas do Cemi Gama para uma reunião no gabinete e o presidente da FAP vai participar. Vamos tratar especificamente da viagem ao Peru. Estamos ampliando o Circuito de Ciências e transformando-o no Festival de Tecnologia, Inovação e Cultura (Festic). A primeira edição será no segundo semestre, e a ideia é que impulse o pensamento, a pesquisa e o fazer científico nas escolas.

Existe a possibilidade de criação de outros centros de ensino médio integrado?
Sim. Temos pensado na expansão olhando para o novo formato do ensino médio. Devemos ter 10 escolas piloto em 2020, completamente integradas e vocacionadas para uma área específica cada.

A Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP) completou um ano em maio. O senhor pensa em expandir a metodologia e o formato de lá para outros lugares do DF?
Sim. Existe um grupo da UnB (Universidade de Brasília) que tem trabalhado para expandir o modelo (projeto UnB Escola). O professor Pacheco (José Pacheco é um português, idealizador, coordenador e professor no projeto Escola da Ponte, inspiração da CAP) também tem trabalhado conosco, pensando na expansão. Devemos ter algumas escolas começando o processo de transição já no segundo semestre.

Alguma fase da educação básica é foco da sua gestão?
Todas as etapas têm sido priorizadas. Na manhã de sexta-feira (26), inauguramos cinco creches em Brazlândia. Creio que a Escola Classe Sol Nascente, a primeira da região, deve ficar pronta antes do prazo do fim do ano. O Sol Nascente é uma das áreas mais carentes e vulneráveis em termos de escolas no DF.

A Prova Brasil será aplicada em outubro. Qual é a expectativa e quais têm sido os preparos?

A expectativa é que todas as escolas se empenhem para que os alunos levem a prova a sério e que haja conscientização de que o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) pode não ser perfeito, mas é o índice oficial de qualidade da educação, e é por meio dele que o restante do país conhece a educação do DF. Esperamos conseguir demonstrar o tamanho e a potência da rede distrital de educação. Tenho certeza de que vamos melhorar os índices em todas as etapas.

As projeções para 2019 do Ideb serão alcançadas?

Eu não sei se conseguiremos figurar em primeiro lugar em todas as etapas, mas vamos melhorar bastante, sim. O ensino fundamental 1 tem apresentado bons resultados. O fundamental 2 e o ensino médio ainda estão com resultados aquém das capacidades. Temos escolas incríveis, profissionais maravilhosos, de fato não combina. Temos que mostrar quem somos para o Brasil.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2019 mostrou uma enorme disparidade socioeconômica no acesso à educação no DF. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

As pesquisas mostram que a desigualdade tem impacto na aprendizagem. Mas não podemos impulsionar o pensamento de que pobre não aprende. Existem escolas no Brasil inteiro que fazem excelentes trabalhos mesmo em situação de vulnerabilidade. Das 100 melhores escolas de ensino fundamental do Brasil, 80 estão no Ceará. É um dado que mostra que o aspecto socioeconômico não define, mas interfere. O que interessa é que precisamos fazer um trabalho ainda melhor quando estamos lidando com públicos mais vulneráveis. O trabalho contra esse tipo de desigualdade não é só nosso, mas precisamos lutar para que as crianças mais pobres consigam aprender e tenham as mesmas oportunidades de vida que as outras.

Os desembargadores do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) adiaram, na terça-feira (23), a decisão sobre a constitucionalidade da lei que prevê a inclusão da disciplina de educação moral e cívica nas escolas. No ranking do Enem das escolas do DF, os colégios militares são os primeiros da rede a aparecer. O desempenho de fato é melhor quando há gestão militar? As escolas militares têm um investimento maior para o quadro de profissionais, que são selecionados, formados e trabalham muito a questão da ordem e da disciplina. Eu não acredito que a matéria de educação moral e cívica seja uma solução. Temos optado pelo caminho de trabalhar competências socioemocionais para levar os estudantes a entender a importância da organização, da disciplina, de fazer a coisa certa, da educação, da escola, da dedicação para um futuro com maior qualidade de vida, além da mudança do regimento escolar para enfrentar as questões da violência em disciplinas dentro das escolas, que são abordagens mais eficientes do que inserir uma nova disciplina na grade disciplinar que já é inchada. Eu considero mais importante trabalhar temas transversais, como cidadania, responsabilidade social, solidariedade, autonomia. Vamos continuar as avaliações para identificar quais são os melhores investimentos para os melhores resultados. Existe um investimento maior nas escolas de gestão compartilhada com a Segurança porque o custo é maior. Não se sabe, porque não existem pesquisas suficientes ainda para comprovar, é se esse tipo de investimento é o melhor ou se existem outros caminhos capazes de obter melhores resultados com o mesmo, ou até menos, investimento.

A taxa de analfabetismo por faixa etária no Distrito Federal, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diminuiu de 2000 para 2010. Os dados do decênio 2010-2020 estão para sair. O senhor acredita que essa taxa continuará caindo? Eu acredito que os dados vão continuar diminuindo, mas não creio que estejamos fazendo o suficiente. É preciso fazer mais para acabar logo, de uma vez por todas, com o analfabetismo. Apesar de o DF ser uma região teoricamente livre disso, sabemos que ainda temos algumas dezenas de milhares de analfabetos que nós precisamos cuidar. Sem contar os analfabetos funcionais, que não são contabilizados por esse censo do IBGE. É preciso melhorar. Mais da metade das crianças não é alfabetizada de forma aprofundada.

Existem capacitações oferecidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** a professores da rede pública de ensino em parceria com instituições internacionais. Há dois grupos, agora, participando dos programas, um nos Estados Unidos e outro no Canadá. Existe a intenção de expandir essas capacitações?

Com certeza. Temos conversado tanto com instituições públicas, como a UnB e o IFB (Instituto Federal de Brasília), quanto particulares, como a FGV (Fundação Getúlio Vargas), para melhorar e fortalecer as nossas formações continuadas. A verdade é que não temos uma política pública bem estruturada nesse sentido no DF hoje, é preciso melhorar a qualidade das políticas que já temos. Temos espaços excepcionais, como as coordenações, que precisam ser mais bem utilizados. A ideia é criar uma matriz de conhecimentos e competências para cada profissional, por exemplo, os professores alfabetizadores. Quando a lista com as características elencadas estiver pronta, eles passarão por momentos de autoavaliação e, depois, de reflexão para cada uma dessas características, para que haja uma trilha de aprendizagem própria, que vai atacar as fraquezas enquanto professor. Isso deve ocorrer para todos os profissionais da rede a médio prazo. Além disso, estamos conversando, em parceria com a UnB e a FGV, sobre a possibilidade de mestrados profissionais.

Quais são os maiores desafios da Secretaria de Educação agora?

Uma das minhas prioridades para o próximo semestre é mudar a Lei Distrital da Gestão Democrática (Lei nº 4.751/2012) para garantir que os professores com melhor perfil sejam candidatos à gestão em todas as escolas. Essa legislação estabelece que tem como objetivo garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação. Já estamos negociando com o Conselho de Educação, com o Fórum de Educação e com os deputados distritais para que os candidatos passem por um processo prévio de certificação, com períodos de formação, avaliação e entrevistas com apresentações para uma banca.

*Estagiária sob supervisão da subeditora Ana Paula Lisboa

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Médicos pelo Brasil é o programa que substituirá o Mais Médicos em regiões remotas do país, diz Ministro da Saúde

Durante congresso em Belo Horizonte, Luiz Henrique Mandetta voltou a falar sobre o programa, que vai priorizar regiões mais vulneráveis. Ele também anunciou liberação de R\$ 50 milhões para pesquisas em doenças negligenciadas.

O ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta voltou a falar, neste domingo (28), sobre o programa “Médicos pelo Brasil”, que substituirá, gradativamente o “Mais Médicos”

CLIPPING



durante a abertura do Congresso MEDTROP – PARASITO 2019, em Belo Horizonte. Ele já havia dito, na semana passada, que as mudanças serão divulgadas oficialmente na próxima semana.

De acordo com o ministro, o “Médicos pelo Brasil” vai substituir gradativamente o programa anterior, a medida em que as vagas forem preenchidas no novo modelo. Luiz Henrique Mandetta não quis divulgar o número de vagas.

O ministro adiantou que será adotado um novo critério de distribuição de vagas, que classificará os municípios em rural, rural remoto, intermediário e urbano.

Ele voltou a enfatizar que a prioridade será o atendimento médico para os municípios com maior vulnerabilidade social. E citou o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Os médicos serão selecionados por meio de prova objetiva e a contratação será por vínculo CLT. Haverá possibilidade de pagamento de bônus de acordo com indicadores de desempenho.

O lançamento de um programa que substituiria o Mais Médicos já era aguardado desde que o ministro Luiz Henrique Mandetta assumiu o cargo.

Em entrevista ao G1 em fevereiro, Mandetta já havia dito que o programa seria "reformulado" e que novas ações estavam em análise. Em maio, o Ministério da Saúde havia emitido nota dizendo que os atendimentos priorizariam áreas com maior vulnerabilidade social.

O problema dos médicos cubanos que ficaram sem trabalho e permanecem no Brasil depois da saída de Cuba do programa é uma das preocupações do ministério. Fora do Mais Médicos, os formados no exterior não podem atuar na medicina brasileira sem a aprovação no Revalida, exame que não é feito desde 2017.

No último dia 10, a pasta informou que está discutindo "alternativas para o exercício profissional" dos médicos de Cuba.

Investimento em pesquisas de doenças negligenciadas

Durante o congresso, o ministro também anunciou a liberação de R\$ 50 milhões para pesquisas em doenças transmissíveis e negligenciadas. Segundo Luiz Henrique Mandetta, este é o maior investimento já feito pela pasta nesta temática em um mesmo ano.

Do total, R\$ 24 milhões serão para fomentar pesquisas voltadas ao tratamento das chamadas doenças tropicais em circulação no Brasil, como leishmaniose, zika, hanseníase e doença de chagas.

Outros 10 milhões serão voltados exclusivamente para pesquisas para eliminação da malária, que vai receber, ainda U\$ 1 milhão da Fundação Bill e Melinda Gates. Os R\$ 16 milhões restantes serão voltados para estudos destinados à tuberculose, no âmbito do bloco econômico do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

A chamada pública será publicada no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq) em agosto, para os casos das doenças tropicais e da malária. Já no caso da tuberculose, o prazo é até o final do ano.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Na universidade, aliança contra os ataques à ciência

Na última semana, por pelo menos cinco vezes o presidente Jair Bolsonaro questionou dados científicos produzidos por um instituto de pesquisa federal. “Tenho a convicção que os dados são mentirosos”; “poderiam não estar condizentes com a verdade”; “prejudicam e atrapalham o País”; “esses dados servem para quê?” foram algumas das frases usadas por Bolsonaro para desmerecer as informações fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre o desmatamento da Amazônia.

Esta não foi a primeira vez que o conhecimento científico foi posto em xeque ou ignorado pelo governo. Não é a primeira vez que a ciência foi posta em xeque ou ignorada pelo governo, principalmente na área ambiental – de informações sobre aquecimento global à definição de espécies ameaçadas de extinção ou o tamanho das áreas preservadas.

Para se posicionar diante desse cenário, um grupo de mais de 50 pesquisadores de todas as regiões do Brasil começou a se organizar para oferecer respostas baseadas no melhor do conhecimento científico de um modo acessível à população. Dessa articulação surgiu a Coalizão Ciência e Sociedade.

Apartidário, o grupo é formado por pesquisadores de relevante atuação científica, com disponibilidade de tempo para contribuir no diálogo entre conhecimento científico e as demandas da sociedade.

“Nosso objetivo é ser um antídoto para as fake news. Um contraponto para trazer uma visão independente, robusta e sempre pautada no conhecimento científico”, explica o biólogo Alexander Turra, do Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo (USP).

“A ciência tem muitas informações para passar para a sociedade. A preocupação da Coalizão é mostrar isso num momento de fragilização da ciência, que vem de dois lados: com a redução de recursos, com os cortes em bolsas e com o endurecimento do discurso anti-ciência”, explica a bióloga especialista em ecologia de ecossistemas Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo ela, o questionamento é motor do conhecimento científico, mas, afirma, isso não se faz apenas com críticas vazias. “Há um protocolo, o questionamento tem de vir acompanhado de fundamentos, argumentos robustos. Só questionar como sinal de descrédito não contribui muito para a ciência avançar”, diz a pesquisadora.

Para Mercedes, “perdeu-se um pouco o pudor e a elegância” em como as coisas são ditas, em referência às falas de Bolsonaro sobre os dados do desmatamento. “Antes, se algum ministro tinha dúvidas sobre dados de instituições públicas, convocava os técnicos, fazia reuniões. Agora as manifestações (de crítica) vêm primeiro”, complementa.

A atuação inicial do grupo foi em produzir artigos para serem publicados na imprensa

ou em revistas renomadas de divulgação científica, como a Science, além de cartas endereçadas ao próprio presidente e aos seus ministros. Os cientistas também trabalhado em conjunto para planejar suas participações em audiências públicas no Congresso, como ocorreu recentemente num debate sobre licenciamento ambiental, e planejam produzir eventos específicos sobre temas que estejam mais em evidência.

Por exemplo, a Comissão de Relações Exteriores do Senado decidiu realizar um seminário com cientistas que negam que atividades humanas sejam as responsáveis pelo aquecimento global – uma minoria dentro da comunidade científica.

O Brasil tem diversos pesquisadores membros do principal corpo científico internacional que analisa estudos sobre aquecimento global, o IPCC. Mas nenhum foi convidado para participar do evento. “Então pensando em formas de criar um contraponto a isso, talvez fazer um encontro no mesmo horário”, afirma Turra.

A Coalizão também está se articulando com as duas principais entidades científicas do País, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) para promover ações conjuntas e com mais abrangência dentro da academia nacional.

Segundo Mercedes, as demandas por manifestações foram tantas até o momento que a Coalizão ainda não conseguiu estruturar um site. “Está até faltando fôlego para reagir a tantos ataques, mas estamos avaliando como melhorar nossa forma de comunicação, torná-la mais acessível. Começamos com os artigos pela nossa facilidade de escrever, mas temos planos para usar mais as redes sociais para conversar com a população, fazer vídeos, infográficos”, diz.

Riscos. O físico Paulo Artaxo, da USP e membro permanente do IPCC, diz que as cartas e artigos não têm como objetivo mudar a posição do governo, mas mostrar à população os riscos que questionamentos assim podem representar. Para ele, a sociedade precisa ter “mais resiliência” para minimizar os danos em situações do tipo.

“O impacto dos ataques do presidente (Donald) Trump são mais restritos ao desenvolvimento científico porque o Congresso (dos EUA) controla o orçamento. Quando ele quis fazer um corte de 90% nas pesquisas sobre aquecimento global, o Congresso vetou.” Seria bom ter no Brasil, para ele, um sistema menos vulnerável a mudanças de cada governo.

Nos EUA, Trump motiva reação de pesquisadores Donald Trump já chamou o aquecimento global de uma “farsa” criada pelos chineses e já disse que turbinas de energia eólica causam câncer. O descrédito do presidente dos Estados Unidos às evidências científicas tem efeito nas políticas públicas americanas – o exemplo é a retirada do país do Acordo Climático de Paris, tratado firmado por 195 para conter o aumento global de temperatura até o fim do século, e mudanças na composição de órgãos de aconselhamento, com redução do papel dos cientistas. Nada disso acontece sem reação e mobilização dos ativistas pró-ciência.

“Todo mundo quer a ciência do seu lado, todo presidente tem a tendência de pegar a informação que suporte suas próprias políticas, mas não tínhamos visto tantos ataques generalizados”, diz Michael Halpern, que trabalha há 15 anos com a associação dos

“cientistas preocupados” (Union of Concerned Scientists, no nome em inglês),

Halpern é diretor do centro de ciência e democracia da instituição, que tenta ajudar cientistas alvo de ataques pessoais, combater a desinformação e fortalecer a comunidade científica. Segundo ele, na gestão Trump cargos técnicos foram trocados por indicações políticas. “Tudo isso é uma forma de evitar a prestação de contas públicas, de justificar as decisões tomadas com fundamento político e não científico”, afirma.

Nesta semana, a Câmara começou a discutir o projeto de lei da integridade científica, visto como uma forma de blindar cientistas que trabalham nas agências federais de interferência política de superiores. Democratas e republicanos concordaram que decisões públicas precisam se basear em fatos, mas divergiram sobre formas de proteger os cientistas que trabalham para o governo.

O projeto de lei é apoiado pela comunidade científica, mas visto apenas como o primeiro passo. “O governo Trump propôs coletar menos dados sobre mudança climática. Se você não coleta os dados, você não tem um problema a resolver, porque não está mensurando o problema”, afirma Halpern. Segundo ele, toda vez que a ciência é deixada de lado é porque estão em jogo interesses ideológicos ou econômicos.

“Não é uma guerra à ciência. É mais uma guerra de informação. O presidente Trump ataca juízes, a mídia, universidades, os militares, quando o que eles dizem contradiz o que ele está fazendo. Há mais movimentos populistas ao redor do mundo e há uma estratégia de diminuir o papel das instituições para que as pessoas não saibam em quem confiar e seja mais fácil disseminar desinformação”, afirma Michael.

Na política. Shaughnessy Naughton tem formação em Química. Em 2014 e em 2016, decidiu concorrer nas eleições para o Congresso ao perceber que poucos parlamentares eram cientistas ou ativistas a favor da ciência. Ela falhou, mas não considera isso um fracasso. As disputas a fizeram ver que era necessário preparar os integrantes da comunidade científica para disputarem eleições e que, sim, havia apoio entre seus pares. Foi aí que ela decidiu fundar o 314 Action, para incentivar e apoiar engenheiros, matemáticos e cientistas a entrarem na política.

A ideia é dar suporte a todos os ativistas ligados a ciências para disputarem eleições e, com isso, produzirem políticas públicas baseadas em fatos. Em 2018, o movimento arrecadou US\$ 5,2 milhões (cerca de R\$ 19,6 milhões) para financiar campanhas e elegeu um cientista para o Senado, oito para a Câmara e cerca de 100 para os legislativos estaduais.

“Nos Estados Unidos, temos mais congressistas que já foram apresentadores de programas do que cientistas. A maioria dos parlamentares são empresários ou advogados, eles levam algo para as negociações, mas os cientistas também o fazem. As questões mais importantes saem beneficiadas quando há atenção para os dados e evidências, como integridade de eleições, cibersegurança, mudança climática e saúde”, afirma. Os ataques à ciência, diz ela, não começaram nos últimos anos. “O que acontece é que, com Trump, virou uma guerra à realidade. Isso também se tornou um catalisador para os cientistas perceberem que não é suficiente esperar que as evidências falem por si mesmos.”

Na disputa de 2020, a perspectiva do 314 Action é conseguir entre US\$ 15 e 20 milhões (entre aproximadamente R\$ 56 milhões e R\$ 75 milhões) para financiar as campanhas eleitorais. “Espero ajudarmos esse país a voltar aos trilhos, e dar ouvidos aos dados e fatos científicos”, afirma Shaughnessy. “Encorajo cientistas que não esperem para publicar dados e servirem como conselheiros, mas a entrarem no processo eleitoral”, diz. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Na universidade surge aliança contra os ataques à ciência

Coalizão Ciência e Sociedade é um grupo formado por pesquisadores que pretendem contribuir no diálogo entre conhecimento científico e a sociedade

Na última semana, por pelo menos cinco vezes o presidente Jair Bolsonaro questionou dados científicos produzidos por um instituto de pesquisa federal. "Tenho a convicção que os dados são mentirosos"; "poderiam não estar condizentes com a verdade"; "prejudicam e atrapalham o País"; "esses dados servem para quê?" foram algumas das frases usadas por Bolsonaro para desmerecer as informações fornecidas pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre o desmatamento da Amazônia.

Esta não foi a primeira vez que o conhecimento científico foi posto em xeque ou ignorado pelo governo. Não é a primeira vez que a ciência foi posta em xeque ou ignorada pelo governo, principalmente na área ambiental — de informações sobre aquecimento global à definição de espécies ameaçadas de extinção ou o tamanho das áreas preservadas.

Para se posicionar diante desse cenário, um grupo de mais de 50 pesquisadores de todas as regiões do Brasil começou a se organizar para oferecer respostas baseadas no melhor do conhecimento científico de um modo acessível à população. Dessa articulação surgiu a Coalizão Ciência e Sociedade.

Apartidário, o grupo é formado por pesquisadores de relevante atuação científica, com disponibilidade de tempo para contribuir no diálogo entre conhecimento científico e as demandas da sociedade.

"Nosso objetivo é ser um antídoto para as fake news. Um contraponto para trazer uma visão independente, robusta e sempre pautada no conhecimento científico", explica o biólogo Alexander Turra, do Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo (USP).

"A ciência tem muitas informações para passar para a sociedade. A preocupação da Coalizão é mostrar isso num momento de fragilização da ciência, que vem de dois lados: com a redução de recursos, com os cortes em bolsas e com o endurecimento do discurso anti-ciência", explica a bióloga especialista em ecologia de ecossistemas Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo ela, o questionamento é motor do conhecimento científico mas, afirma, isso não se faz apenas com críticas vazias. "Há um protocolo, o questionamento tem de vir acompanhado de fundamentos, argumentos robustos. Só questionar como sinal de descrédito não contribui muito para a ciência avançar", diz a pesquisadora.

Para Mercedes, "perdeu-se um pouco o pudor e a elegância" em como as coisas são

ditas, em referência às falas de Bolsonaro sobre os dados do desmatamento. "Antes, se algum ministro tinha dúvidas sobre dados de instituições públicas, convocava os técnicos, fazia reuniões. Agora as manifestações (de crítica) vêm primeiro", complementa.

A atuação inicial do grupo foi em produzir artigos para serem publicados na imprensa ou em revistas renomadas de divulgação científica, como a Science, além de cartas endereçadas ao próprio presidente e aos seus ministros. Os cientistas também trabalharam em conjunto para planejar suas participações em audiências públicas no Congresso, como ocorreu recentemente num debate sobre licenciamento ambiental, e planejam produzir eventos específicos sobre temas que estejam mais em evidência.

Por exemplo, a Comissão de Relações Exteriores do Senado decidiu realizar um seminário com cientistas que negam que atividades humanas sejam as responsáveis pelo aquecimento global - uma minoria dentro da comunidade científica.

O Brasil tem diversos pesquisadores membros do principal corpo científico internacional que analisa estudos sobre aquecimento global, o IPCC. Mas nenhum foi convidado para participar do evento. "Então pensando em formas de criar um contraponto a isso talvez fazer um encontro no mesmo horário", afirma Turra.

A Coalizão também está se articulando com as duas principais entidades científicas do País, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) para promover ações conjuntas e com mais abrangência dentro da academia nacional.

Segundo Mercedes, as demandas por manifestações foram tantas até o momento que a Coalizão ainda não conseguiu estruturar um site. "Está até faltando fôlego para reagir a tantos ataques, mas estamos avaliando como melhorar nossa forma de comunicação, torná-la mais acessível. Começamos com os artigos pela nossa facilidade de escrever, mas temos planos para usar mais as redes sociais para conversar com a população, fazer vídeos, infográficos", diz.

Riscos. O físico Paulo Artaxo, da USP e membro permanente do IPCC, diz que as cartas e artigos não têm como objetivo mudar a posição do governo, mas mostrar à população os riscos que questionamentos assim podem representar. Para ele, a sociedade precisa ter "mais resiliência" para minimizar os danos em situações do tipo.

"O impacto dos ataques do presidente (Donald) Trump são mais restritos ao desenvolvimento científico porque o Congresso (dos EUA) controla o orçamento. Quando ele quis fazer um corte de 90% nas pesquisas sobre aquecimento global, o Congresso vetou." Seria bom ter no Brasil, para ele, um sistema menos vulnerável a mudanças de cada governo.

Nos EUA, Trump motiva reação de pesquisadores Donald Trump já chamou o aquecimento global de uma "farsa" criada pelos chineses e já disse que turbinas de energia eólica causam câncer. O descrédito do presidente dos Estados Unidos às evidências científicas tem efeito nas políticas públicas americanas - o exemplo é a retirada do país do Acordo Climático de Paris, tratado firmado por 195 para conter o aumento global de temperatura até o fim do século, e mudanças na composição

de órgãos de aconselhamento, com redução do papel dos cientistas. Nada disso acontece sem reação e mobilização dos ativistas pró-ciência.

"Todo mundo quer a ciência do seu lado, todo presidente tem a tendência de pegar a informação que suporte suas próprias políticas, mas não tínhamos visto tantos ataques generalizados", diz Michael Halpern, que trabalha há 15 anos com a associação dos "cientistas preocupados" (Union of Concerned Scientists, no nome em inglês),

Halpern é diretor do centro de ciência e democracia da instituição, que tenta ajudar cientistas alvo de ataques pessoais, combater a desinformação e fortalecer a comunidade científica. Segundo ele, na gestão Trump cargos técnicos foram trocados por indicações políticas. "Tudo isso é uma forma de evitar a prestação de contas públicas, de justificar as decisões tomadas com fundamento político e não científico", afirma.

Nesta semana, a Câmara começou a discutir o projeto de lei da integridade científica, visto como uma forma de blindar cientistas que trabalham nas agências federais de interferência política de superiores. Democratas e republicanos concordaram que decisões públicas precisam se basear em fatos, mas divergiram sobre formas de proteger os cientistas que trabalham para o governo.

O projeto de lei é apoiado pela comunidade científica, mas visto apenas como o primeiro passo. "O governo Trump propôs coletar menos dados sobre mudança climática. Se você não coleta os dados você não tem um problema a resolver, porque não está mensurando o problema", afirma Halpern. Segundo ele, toda vez que a ciência é deixada de lado é porque estão em jogo interesses ideológicos ou econômicos.

"Não é uma guerra à ciência. É mais uma guerra de informação. O presidente Trump ataca juízes, a mídia, universidades, os militares, quando o que eles dizem contradiz o que ele está fazendo. Há mais movimentos populistas ao redor do mundo e há uma estratégia de diminuir o papel das instituições para que as pessoas não saibam em quem confiar e seja mais fácil disseminar desinformação", afirma Michael.

Na política. Shaughnessy Naughton tem formação em Química. Em 2014 e em 2016, decidiu concorrer nas eleições para o Congresso ao perceber que poucos parlamentares eram cientistas ou ativistas a favor da ciência. Ela falhou, mas não considera isso um fracasso. As disputas a fizeram ver que era necessário preparar os integrantes da comunidade científica para disputarem eleições e que, sim, havia apoio entre seus pares. Foi aí que ela decidiu fundar o 314 Action, para incentivar e apoiar engenheiros, matemáticos e cientistas a entrarem na política.

A ideia é dar suporte a todos os ativistas ligados a ciências para disputarem eleições e, com isso, produzirem políticas públicas baseadas em fatos. Em 2018, o movimento arrecadou US\$ 5,2 milhões (cerca de R\$ 19,6 milhões) para financiar campanhas e elegeu um cientista para o Senado, oito para a Câmara e cerca de 100 para os legislativos estaduais.

"Nos Estados Unidos, temos mais congressistas que já foram apresentadores de programas do que cientistas. A maioria dos parlamentares são empresários ou advogados, eles levam algo para as negociações, mas os cientistas também o fazem. As questões mais importantes saem beneficiadas quando há atenção para os dados e

evidências, como integridade de eleições, cibersegurança mudança climática e saúde", afirma. Os ataques à ciência, diz ela, não começaram nos últimos anos. "O que acontece é que, com Trump, virou uma guerra à realidade. Isso também se tornou um catalisador para os cientistas perceberem que não é suficiente esperar que as evidências falem por si mesmos."

Na disputa de 2020, a perspectiva do 314 Action é conseguir entre US\$ 15 e 20 milhões (entre aproximadamente R\$ 56 milhões e R\$ 75 milhões) para financiar as campanhas eleitorais. "Espero ajudarmos esse país a voltar aos trilhos, e dar ouvidos aos dados e fatos científicos", afirma Shaughnessy. "Encorajo cientistas que não esperem para publicar dados e servirem como conselheiros, mas a entrarem no processo eleitoral", diz.

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

As bolsas do CNPq e o futuro

Sem recursos para suas pesquisas, cientistas tendem a procurar alternativas profissionais em países desenvolvidos

Por causa do contingenciamento de 41,9% das verbas para gastos discricionários na área de ciência, bloqueando R\$ 2,132 bilhões dos R\$ 5,79 bilhões previstos pela Lei Orçamentária Anual, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa para doutorado, pós-doutorado e professores visitantes. O órgão prometeu reavaliar a decisão em setembro - isso se o governo liberar crédito suplementar. Além disso, reconheceu que os recursos previstos para o próximo semestre serão insuficientes para pagar as 84 mil bolsas que estão em vigência.

As dificuldades já eram previstas desde março, quando o Ministério da Economia anunciou os primeiros contingenciamentos. Na época, as atenções se concentraram nas áreas de educação e saúde. Agora, elas se voltam para os efeitos negativos que a suspensão das bolsas pode acarretar nas áreas de pós-graduação e de desenvolvimento científico. Há dois meses, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), já havia anunciado o corte de mais de 6 mil bolsas de pesquisa. Na época, o CNPq - que é subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) - também havia alertado o governo de que não teria como honrar os compromissos assumidos.

A crise da área de pós-graduação e pesquisa começou há vários anos - antes da eclosão das atuais dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo governo -, quando os dois órgãos de fomento a pesquisa e formação acadêmica passaram a sofrer sucessivos cortes de verbas. Em 2014, por exemplo, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, ele caiu para R\$ 784 milhões - valor que será concedido até o final do ano somente se o contingenciamento for suspenso.

No caso da **Capes**, a suspensão das bolsas desorganiza o planejamento acadêmico das principais universidades públicas do País. Para ter ideia do problema, das 50 instituições que mais publicaram trabalhos científicos no Brasil nos últimos cinco anos, 36 são universidades federais e 7 são universidades estaduais. No caso do CNPq, a queda no volume de recursos para gastos discricionários acaba atingindo, direta ou indiretamente, institutos de pesquisa ligados ao governo federal, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o

A interrupção das pesquisas, que pode comprometer trabalhos em andamento, levando à perda do que vinha sendo feito e acarretando vultosos prejuízos, é só um dos lados do problema. O outro é a fuga de cérebros - ou seja, de cientistas brasileiros cuja formação nas áreas de matemática, física, química, energia nuclear, biologia, biomedicina, demografia e geografia feita no País ou no exterior foi custeada por recursos públicos. Com salários baixos e sem recursos para financiar suas pesquisas, eles tendem a procurar alternativas profissionais em países desenvolvidos.

Trata-se de um paradoxo perverso, pois não faz sentido que um país em desenvolvimento, como o Brasil, que na virada do século 20 para o século 21 tinha montado um sistema de ciência e tecnologia com centros de excelência em algumas áreas, financie a formação de cientistas que trabalharão nos Estados Unidos e na Europa. Como esses cientistas têm enorme potencial para apresentar ideias inovadoras, e que podem aumentar a eficiência da economia, sua emigração para os países desenvolvidos prejudica o potencial de crescimento de médio e longo prazos do Brasil.

Com isso, o País não consegue passar para níveis mais sofisticados de produção, permanecendo muito abaixo dos padrões necessários a uma economia competitiva e capaz de ocupar espaços maiores no comércio mundial. É justamente por isso que a decisão do CNPq de suspender a concessão de novas bolsas de pesquisa causa apreensão.

[topo](#)

TIMES BRASÍLIA - DF - TEMPO REAL

Balço do ensino público do DF

Após seis meses à frente da Secretaria de Educação do Distrito Federal, secretário avalia os resultados da gestão, esclarece dúvidas e anuncia os próximos passos da pasta.

Os alunos podem esperar alguma novidade no retorno às aulas no segundo semestre do ano? Os novos uniformes anunciados serão distribuídos para o retorno?

Sobre os uniformes, não temos certeza ainda porque não foi feita a licitação. Então, não podemos confirmar se os uniformes já estarão em uso no segundo semestre. Mas, para além disso, teremos um novo regimento e algumas escolas mudando de localização. Por exemplo, a Escola Classe 52 de Taguatinga, que foi construída de forma temporária há quase 30 anos e era para ter durado só 10, finalmente fechou para reconstrução e os alunos vão ser atendidos, temporariamente, em três outras escolas de Taguatinga.

Temos também novas escolas da gestão compartilhada com a (Secretaria de) Segurança e começaremos a implantar a gestão compartilhada com a (Secretaria de) Cultura e os centros culturais bilíngue.

Os estudantes do 3º ano do ensino médio da rede pública poderão contar com alguma preparação para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)?

Dois simulados serão feitos, e os materiais de estudos preparatórios de português, matemática e ciências finalmente serão entregues. Vamos começar a produzir aulas digitais, com vídeos, jogos e quizzes. A substituição de computadores e a instalação de projetores e televisões nas salas para as aulas digitais já começaram a ser feitas. Para a elaboração dos materiais de estudos, foram verificados os conteúdos em que os alunos mais têm dificuldade, e a construção foi feita a partir daí. Os alunos têm dificuldade de aprender porque os professores têm dificuldade de ensinar. Então, os materiais vêm

como uma estratégia para que a aprendizagem seja possível.

Três alunas do Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Técnica do Gama (Cemi Gama) construíram um refrigerador instantâneo que ficou conhecido como “micro-ondas ao contrário” e foram convidadas para mostras em Pernambuco e no Peru. No entanto, lidam com falta de recursos por parte da Secretaria de Educação tanto para a participação nos eventos quanto para pesquisa e ciência.

O que tem sido feito nesse sentido?

Nós prometemos para elas que vamos ajudar com a ida ao Peru, mas ainda não é a solução. Temos conversado com o BRB (Banco Regional de Brasília) e com a FAP-DF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal). Levamos ao Alexandre Santos, presidente da FAP, duas questões: a primeira é justamente essa, os alunos precisam de ajuda financeira para custear eventuais viagens, competições e olimpíadas. A segunda é o investimento em editais de pesquisa científica para alunos do ensino médio. Eu estou bem otimista nesse sentido, creio que a FAP vai conseguir criar meios de ajudar esses estudantes.

Eu chamei as meninas do Cemi Gama para uma reunião no gabinete e o presidente da FAP vai participar. Vamos tratar especificamente da viagem ao Peru. Estamos ampliando o Circuito de Ciências e transformando-o no Festival de Tecnologia, Inovação e Cultura (Festic). A primeira edição será no segundo semestre, e a ideia é que impulse o pensamento, a pesquisa e o fazer científico nas escolas.

Existe a possibilidade de criação de outros centros de ensino médio integrado?

Sim. Temos pensado na expansão olhando para o novo formato do ensino médio. Devemos ter 10 escolas piloto em 2020, completamente integradas e vocacionadas para uma área específica cada.

A Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP) completou um ano em maio. O senhor pensa em expandir a metodologia e o formato de lá para outros lugares do DF?

Sim. Existe um grupo da UnB (Universidade de Brasília) que tem trabalhado para expandir o modelo (projeto UnB Escola). O professor Pacheco (José Pacheco é um português, idealizador, coordenador e professor no projeto Escola da Ponte, inspiração da CAP) também tem trabalhado conosco, pensando na expansão. Devemos ter algumas escolas começando o processo de transição já no segundo semestre.

Alguma fase da educação básica é foco da sua gestão?

Todas as etapas têm sido priorizadas. Na manhã de sexta-feira (26), inauguramos cinco creches em Brazlândia. Creio que a Escola Classe Sol Nascente, a primeira da região, deve ficar pronta antes do prazo do fim do ano. O Sol Nascente é uma das áreas mais carentes e vulneráveis em termos de escolas no DF.

A Prova Brasil será aplicada em outubro. Qual é a expectativa e quais têm sido os preparos?

A expectativa é que todas as escolas se empenhem para que os alunos levem a prova a sério e que haja conscientização de que o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) pode não ser perfeito, mas é o índice oficial de qualidade da educação, e é por meio dele que o restante do país conhece a educação do DF. Esperamos conseguir demonstrar o tamanho e a potência da rede distrital de educação. Tenho certeza de que

vamos melhorar os índices em todas as etapas.

As projeções para 2019 do Ideb serão alcançadas?

Eu não sei se conseguiremos figurar em primeiro lugar em todas as etapas, mas vamos melhorar bastante, sim. O ensino fundamental 1 tem apresentado bons resultados. O fundamental 2 e o ensino médio ainda estão com resultados aquém das capacidades. Temos escolas incríveis, profissionais maravilhosos, de fato não combina. Temos que mostrar quem somos para o Brasil.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2019 mostrou uma enorme disparidade socioeconômica no acesso à educação no DF. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

As pesquisas mostram que a desigualdade tem impacto na aprendizagem. Mas não podemos impulsionar o pensamento de que pobre não aprende. Existem escolas no Brasil inteiro que fazem excelentes trabalhos mesmo em situação de vulnerabilidade. Das 100 melhores escolas de ensino fundamental do Brasil, 80 estão no Ceará. É um dado que mostra que o aspecto socioeconômico não define, mas interfere. O que interessa é que precisamos fazer um trabalho ainda melhor quando estamos lidando com públicos mais vulneráveis. O trabalho contra esse tipo de desigualdade não é só nosso, mas precisamos lutar para que as crianças mais pobres consigam aprender e tenham as mesmas oportunidades de vida que as outras.

Os desembargadores do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) adiaram, na terça-feira (23), a decisão sobre a constitucionalidade da lei que prevê a inclusão da disciplina de educação moral e cívica nas escolas. No ranking do Enem das escolas do DF, os colégios militares são os primeiros da rede a aparecer. O desempenho de fato é melhor quando há gestão militar? As escolas militares têm um investimento maior para o quadro de profissionais, que são selecionados, formados e trabalham muito a questão da ordem e da disciplina. Eu não acredito que a matéria de educação moral e cívica seja uma solução. Temos optado pelo caminho de trabalhar competências socioemocionais para levar os estudantes a entender a importância da organização, da disciplina, de fazer a coisa certa, da educação, da escola, da dedicação para um futuro com maior qualidade de vida, além da mudança do regimento escolar para enfrentar as questões da violência em disciplinas dentro das escolas, que são abordagens mais eficientes do que inserir uma nova disciplina na grade disciplinar que já é inchada. Eu considero mais importante trabalhar temas transversais, como cidadania, responsabilidade social, solidariedade, autonomia. Vamos continuar as avaliações para identificar quais são os melhores investimentos para os melhores resultados. Existe um investimento maior nas escolas de gestão compartilhada com a Segurança porque o custo é maior. Não se sabe, porque não existem pesquisas suficientes ainda para comprovar, é se esse tipo de investimento é o melhor ou se existem outros caminhos capazes de obter melhores resultados com o mesmo, ou até menos, investimento.

A taxa de analfabetismo por faixa etária no Distrito Federal, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), diminuiu de 2000 para 2010. Os dados do decênio 2010-2020 estão para sair. O senhor acredita que essa taxa continuará caindo? Eu acredito que os dados vão continuar diminuindo, mas não creio que estejamos fazendo o suficiente. É preciso fazer mais para acabar logo, de uma vez por todas, com o analfabetismo. Apesar de o DF ser uma região teoricamente livre disso, sabemos que

ainda temos algumas dezenas de milhares de analfabetos que nós precisamos cuidar. Sem contar os analfabetos funcionais, que não são contabilizados por esse censo do IBGE. É preciso melhorar. Mais da metade das crianças não é alfabetizada de forma aprofundada.

Existem capacitações oferecidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** a professores da rede pública de ensino em parceria com instituições internacionais. Há dois grupos, agora, participando dos programas, um nos Estados Unidos e outro no Canadá. Existe a intenção de expandir essas capacitações? Com certeza. Temos conversado tanto com instituições públicas, como a UnB e o IFB (Instituto Federal de Brasília), quanto particulares, como a FGV (Fundação Getúlio Vargas), para melhorar e fortalecer as nossas formações continuadas. A verdade é que não temos uma política pública bem estruturada nesse sentido no DF hoje, é preciso melhorar a qualidade das políticas que já temos. Temos espaços excepcionais, como as coordenações, que precisam ser mais bem utilizados. A ideia é criar uma matriz de conhecimentos e competências para cada profissional, por exemplo, os professores alfabetizadores. Quando a lista com as características elencadas estiver pronta, eles passarão por momentos de autoavaliação e, depois, de reflexão para cada uma dessas características, para que haja uma trilha de aprendizagem própria, que vai atacar as fraquezas enquanto professor. Isso deve ocorrer para todos os profissionais da rede a médio prazo. Além disso, estamos conversando, em parceria com a UnB e a FGV, sobre a possibilidade de mestrados profissionais.

Quais são os maiores desafios da Secretaria de Educação agora?

Uma das minhas prioridades para o próximo semestre é mudar a Lei Distrital da Gestão Democrática (Lei nº 4.751/2012) para garantir que os professores com melhor perfil sejam candidatos à gestão em todas as escolas. Essa legislação estabelece que tem como objetivo garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação. Já estamos negociando com o Conselho de Educação, com o Fórum de Educação e com os deputados distritais para que os candidatos passem por um processo prévio de certificação, com períodos de formação, avaliação e entrevistas com apresentações para uma banca.

[topo](#)

UFMG - NOTÍCIAS

Grupo da UFMG identifica gene associado ao câncer de fígado

Ele é responsável pela redução da autodestruição das células tumorais

Pesquisa desenvolvida pelo Liver Center UFMG, em colaboração com o Yale Liver Center, dos Estados Unidos, abre caminho para ampliar a compreensão do processo de formação do carcinoma hepatocelular – tipo mais comum de câncer de fígado e segunda causa de morte entre os mais de 300 tipos de cânceres conhecidos.

No estudo, os cientistas da UFMG e de Yale analisaram a expressão da isoforma 3 do receptor de inositol 1, 4, 5-trifosfato (o ITPR3) em amostras de fígado humano e em células de câncer de fígado de camundongo. Os resultados do trabalho foram publicados neste mês, na GUT, uma das mais conceituadas revistas médicas da área da hepatologia e gastroenterologia, editada pela Sociedade Britânica de Gastroenterologia.

Segundo a líder da pesquisa, professora Maria de Fátima Leite, do Departamento de Fisiologia e Biofísica do ICB, quando ocorre na região do gene responsável por codificar o ITPR3, a metilação do DNA – alteração reversível que consiste na adição de

um composto orgânico de carbono e hidrogênio na citosina – promove a regulação da expressão desse tipo de gene nas células hepáticas saudáveis, os hepatócitos.

“Esse gene altera a sinalização intracelular de cálcio provocando um aumento da proliferação celular e a redução da autodestruição das células tumorais (apoptose), eventos importantes para a formação do tumor hepático”, explica Rodrigo Machado, coautor do estudo, pesquisador do Laboratório do Cálcio do ICB.

Marcador biológico

O estudo mostra que a presença da proteína, o receptor de IP3 do tipo 3 (ITPR3), pode ser um marcador biológico da doença, uma vez que sua expressão precede o estabelecimento desse tipo de câncer. O ITPR3 funciona como um canal de íons de cálcio e é codificado pelo gene de mesmo nome.

Segundo Rodrigo Machado, essa configuração sugere o aparecimento de um novo receptor, até então desconsiderado pelos especialistas. Ele também destaca que o aumento do nível de expressão desse receptor no tumor foi associado a uma sobrevida menor do paciente.

A sinalização intracelular está associada ao processo de codificação pelas células de alterações bioquímicas em uma determinada função do organismo. Vias de sinalização são sinais químicos que correspondem à forma como as células se comunicam. Em linhas gerais, as moléculas sinalizadoras se ligam a outras, receptoras, carregando mensagens que são retransmitidas a uma cadeia de mensageiros químicos que as convertem dentro da célula. Isso, por sua vez, provoca uma resposta, que pode ser genética ou se dar por meio do disparo de um processo celular.

O íon cálcio (Ca^{2+}) é um dos agentes químicos responsáveis por regular várias funções celulares, inclusive a proliferação de hepatócitos normais e etapas importantes para o crescimento do tumor. No fígado, os receptores ITPR são os únicos canais intracelulares de cálcio. Nos hepatócitos saudáveis, as únicas isoformas encontradas são as ITPR1 e ITPR2. O ITPR3 é expresso no tumor hepático.

Origem

Já se sabe que o carcinoma hepatocelular se desenvolve na principal célula hepática, o hepatócito, e que ele surge a partir de várias enfermidades crônicas, como hepatite B e C, da doença hepática gordurosa e do consumo abusivo de álcool, entre outras. Embora existam estudos de diversas vias moleculares para tentar identificar o processo que origina esse câncer, ainda não foi identificada nenhuma via comum de sinalização intracelular relacionada a ele ou a qualquer condição prévia que pudesse indicar o seu surgimento.

O trabalho do grupo da UFMG foi financiado pelo CNPq, **Capex** e Fapemig.

Assessoria de Comunicação Social e Divulgação Científica do ICB

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Amostras de vírus e células estão em risco após roubo a laboratório da UFRJ

Centro é um dos mais importantes do país, referência nos estudos de arbovírus e HIV; Bandidos levaram aparelhos de ar-condicionado e cabos de gerador comprometendo pesquisas de ponta

RIO — O Laboratório de Virologia Molecular da UFRJ, responsável pela descoberta do mayaro, foi roubado neste fim de semana por bandidos que levaram cabos de gerador e aparelhos de ar-condicionado. Os equipamentos garantem a segurança de amostras de vírus e células usadas para pesquisas como de zika, chicungunha e HIV, que agora estão sob risco.

Esta é a segunda vez que o laboratório é invadido. Em março, o local sofreu o mesmo tipo de roubo. Bandidos furtaram os cabos do gerador de cobre, de alto custo. Além dos prejuízos científicos, após os furtos, o laboratório sofre, em tempos de contingenciamento do MEC, duro golpe financeiro — ainda não estimado — ao ter que comprar novos equipamentos para seguir as pesquisas.

O coordenador do laboratório, Amilcar Tanuri, explica que, como o centro de pesquisa é considerado "de segurança máxima", não pode funcionar sem gerador. O aparelho entra em funcionamento dez segundos depois que a luz acaba para garantir que a pressão dentro do ambiente continue negativa, o que certifica que nada saia dele, nenhum vírus.

Além disso, o gerador mantém a temperatura dos freezers que guardam amostras congeladas quando há queda de energia. Já os aparelhos de ar-condicionado levados no roubo estavam no almoxarifado, onde são guardados os reagentes utilizados para as pesquisas. Sem a climatização adequada, estes produtos podem se perder, inviabilizando os trabalhos.

— Não há a menor condição de segurança aqui. Teremos que reavaliar todas as amostras de vírus e células, que estão sob risco. Os freezers já estavam com temperaturas instáveis (quando os pesquisadores chegaram ao local, na manhã da segunda-feira), o que diminui a viabilidade das células e dos vírus — afirma Tanuri. — Isso é um caos porque perde-se a confiança da amostra. A continuidade dos trabalhos também está em risco.

O cientista afirmou que, sem um gerador, um plano de contingência terá de ser traçado hoje. Os trabalhos ficarão paralisados pelo menos durante toda a segunda-feira.

A segurança do laboratório é feita por uma empresa terceirizada da UFRJ. E as imagens capturadas pelas câmeras serão agora avaliadas. A energia no local já foi restabelecida.

topo ↕

BNC - TEMPO REAL

MEC libera oferta de mestrado e doutorado a distância

O Ministério da Educação (MEC) liberou a oferta de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância no país. As informações são da Folha de S.Paulo.

A regulamentação foi editada em abril pela **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** por meio de portaria.

Segundo a Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), a expectativa é que esses programas comecem a ser oferecidos no início do próximo ano.

A reportagem destaca que para João Mattar, diretor da Abed, um dos benefícios da regulamentação será a descentralização da oferta, hoje concentrada nos grandes centros urbanos.

“Os melhores cursos de mestrado e doutorado presenciais são no Sul e no Sudeste. Um aluno de outra região tem de se deslocar para morar nesses locais, às vezes deixando de trabalhar”, afirmou.

A portaria aponta requisitos específicos a serem seguidos pelas instituições interessadas em oferecer mestrados e doutorados na modalidade.

Atividades relacionadas a laboratórios, por exemplo, devem ser realizadas de forma presencial, assim como seminários integrativos. Isso pode acontecer tanto na sede da instituição quanto em polos de ensino a distância espalhados pelo país.

Além disso, só poderão oferecer pós stricto sensu EaD instituições cuja nota no IGC (Índice Geral de Cursos) do MEC seja no mínimo 4. O IGC vai de 0 a 5.

Segundo Valder Steffen Júnior, reitor da UFU (Universidade Federal de Uberlândia) e membro da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil), os pré-requisitos da regulamentação devem ser suficientes para garantir o bom nível dos programas.

A Folha traz ainda a posição de Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp (Associação dos docentes da USP), que vê a medida com desconfiança.

Segundo ele, os cursos EaD se tornam de baixa qualidade porque não são dadas aos alunos as condições necessárias para compensar a falta de contato.

As instituições interessadas têm submetido suas propostas desde 1º de julho. Só poderão solicitar a oferta de doutorado os programas que, após a primeira avaliação do mestrado, obtenham ao menos 4 no IGC.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Pesquisa mostra que 90% dos brasileiros querem um maior investimento em ciência e tecnologia

A Pesquisa Percepção Pública da Ciência & Tecnologia no Brasil, em sua 5ª edição, mostrou que a maioria dos brasileiros é confiante em relação à ciência e tecnologia. Os números apontam que 73% das pessoas creem que esses setores trazem mais benefícios do que malefícios para a sociedade. Além disso, 90% da população brasileira apoia o aumento de investimentos do governo em ciência e tecnologia.

A pesquisa teve participação de 2,2 mil pessoas com idade entre 16 a 75 anos de todas regiões do país. A maioria das pessoas entrevistadas afirmou que a tecnologia e a ciência são essenciais para que haja o desenvolvimento da nação. Outros temas considerados importantes foram a medicina e saúde, com 79% de preferência, e meio ambiente, com 76%.

Essa pesquisa já foi realizada no Brasil em 1987, 2006, 2010 e 2015. O estudo é resultado da demanda do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e

Comunicações (MCTIC) ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Além disso, contou com colaboração da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia.

Por volta de 60% dos jovens defendem o investimento em ciência

Foi realizada uma pesquisa amostral no dia 24 de junho pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), a qual mostrou que 60% dos jovens brasileiros são a favor de um aumento nos investimentos que o país faz em relação à ciência. Os dados também apontaram que 34% defendem manter os atuais valores, e apenas 5% acreditam que esses investimentos devem ser diminuídos.

Os resultados foram apresentados na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. No total, foram 2.206 pessoas entrevistadas, com idades de 15 a 24 anos, de todas regiões do Brasil. A pesquisa foi realizada entre os meses de março e abril (2019) nas residências dos entrevistados. A margem de erro é de 2%.

Na pesquisa, 69% dos jovens afirmaram que, para eles, a ciência traz muitos benefícios. Outros 27% acreditam que apenas alguns benefícios são adquiridos e, para 4%, quase nenhum benefício. A entrevista também apresentava um ponto que diz respeito às categorias que eles acreditavam apresentar mais confiança. A maioria apontou os professores (50%), outra parcela apontou os médicos (37%) e, por fim, outros se referiram a cientistas de universidades ou institutos públicos (36,7%).

Outro dado que despertou a atenção dos pesquisadores foi que somente 5% dos jovens brasileiros recordaram-se do nome de algum cientista brasileiro. Além disso, grande parte (87%) não conseguiu citar nenhuma instituição brasileira que faz pesquisa científica. De acordo com um dos coordenadores da pesquisa e sociólogo, os dados são preocupantes, já que existe uma desordem entre a demanda, pois a maioria dos jovens manifestou interesse por ciência, mas a realidade concreta dessa propensão social é totalmente escassa.

Faça a publicação dos seus releases, por meio de um divulgador de notícias

O Universo de Negócios é um divulgador de notícias que busca publicar vários tipos de conteúdo, desde os mais técnicos, até os que contribuem para a rotina de seus leitores. Os assuntos são diversificados, mas todos com sua devida relevância para o seu público. Elabore releases e Guest Post e conte com um divulgador digital para realizar a publicação.

Acessando o site, é possível navegar por conteúdos que irão contribuir para o seu crescimento intelectual e mantê-lo atualizado.

topo ↕

RONDONOTÍCIAS - RO - GERAL

ADESG Rondônia realiza palestras em parceria com a 17ª Brigada

Capacitações acontecem nos dias 30, 31 de julho e 01 de agosto no Auditório do TJ em Porto Velho em comemoração ao 50º aniversário da Brigada

PORTO VELHO RO - A Escola Superior de Guerra - ESG criada 1949 por um grupo de militares oficiais superiores, revelou-se como um marco do planejamento estratégico governamental no Brasil através do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da ESG, refletidas no Curso de Estudos de Política e Estratégia (CEPE), atividade acadêmica líder do Sistema ADESG. A Escola hoje é uma Instituição de Educação Superior (IES) credenciada pela **CAPES**, autorizada a oferecer cursos de pós-graduação.

Com a criação da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG, em 1951, foi possível difundir por todo o País os Fundamentos Doutrinários e o Método de Planejamento Estratégico desenvolvidos na Escola.

A ADESG é o prolongamento civil da ESG e se destina a atuar no amplo espaço cultural da Nação Brasileira, levando à muitos o ideal que representa um sinal de esperança na criação de uma nação próspera, justa e democrática.

Os cursos oferecidos pela ADESG têm por finalidade disseminar o conhecimento e o método consolidados na Escola Superior de Guerra, possibilitando aos estagiários a utilização de um método de planejamento capaz de abordar as questões nacionais, formular políticas e estratégias voltadas para o tratamento do problema.

2. ATIVIDADES DIDÁTICAS

- Curso de Estudos de Política e Desenvolvimento Nacional (CEPE), regular;
- Curso de Estudos de Política e Estratégia (CEPE), em nível de pós-graduação lato sensu;
- Ciclos de Estudos de Política e Estratégia de Curta Duração

CURSOS OFERTADOS EM RONDÔNIA

I CEPE - Curso de Estudos de Política e Desenvolvimento Nacional - regular;

II CEPE - Curso de Estudos de Política e Desenvolvimento Nacional regular;

III CEPE - Especialização em Política e Estratégia – Convênio com UNIR

IV CEPE - Curso de Estudos de Política e Estratégia - Especialização em Segurança Pública e Curso Superior de Polícia – Convênio com UNIR

V CEPE - Especialização em Política e Estratégia – Convênio com UNIPEC/UNIRON

VI CEPE - Especialização em Política e Estratégia – Convênio com UNIPEC/UNIRON

VII CEPE - Especialização em Política e Estratégia – Convênio com UNIPEC/UNIRON

Rondônia conta com 230 diplomados na ADESG e aproximadamente 20 esguianos pela Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro nos Altos Estudos de Política e Estratégia.

Entres os adesguianos no Estado, muitos desempenharam cargos e funções de alta relevancia (ex-governadores e vice-governador, secretários de estado, deputados federais e estadual, magistrados, professores doutores, empresários, procuradores de estado e oficiais militares das Forças Armadas e forças auxiliares, hoje contamos com colegas em cargos e funções estratégicas nos três poderes.

3. CICLOS de ESTUDOS de POLITICA e ESTRATÉGIA

Em 2019, a ADESG realiza o Ciclo de Palestras com o tema – Defesa e Segurança na Amazônia, em parceria com a 17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª BdaInfSI) em comemoração ao 50º aniversário da Brigada.

Será realizado nos dias 30, 31 de julho e 01 de agosto no Auditório do Tribunal de Justiça em Porto Velho das 19h00 às 21h30min.

- – Palestras
- Amazônia Legal
- - Gen. de Bda José Eduardo Leal de Oliveira - Comandante da 17ª BdaInfSI
- 17ª BdaInfSI na Defesa e Segurança da Amazonia Ocidental

Cel. Roberto Adriano Dorneles de Matos – Chefe do Estado Maior - 17ª Brigada InfSI

- Raízes Históricas de Rondônia

Prof. Lourismar da Silva Barroso – Prof. UNIR

- Industria de Rondônia: Situação atual e perspectivas

Marcelo Thomé da Silva Almeida – Pres. FIERO

- Inteligência, Contra inteligência e Segurança da Informação

Hermam Eder Pimenta – Superintendente ABIN/RO

- Sistema ESG e ADESG

Maria Albertina de Souza

Contato:

adesg.rondonia@gmail.com

(69) 992459310 – Psic. Albertina de Souza

(69) 999844569 – Izabel Cristina

(61) 983046270 - Lourdes Maria

(69) 984356300 - Carlos Troncoso -

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Pesquisa mostra que 90% dos brasileiros querem um maior investimento em ciência e tecnologia

A Pesquisa Percepção Pública da Ciência & Tecnologia no Brasil, em sua 5ª edição, mostrou que a maioria dos brasileiros é confiante em relação à ciência e tecnologia. Os números apontam que 73% das pessoas creem que esses setores trazem mais benefícios do que malefícios para a sociedade. Além disso, 90% da população brasileira apoia o aumento de investimentos do governo em ciência e tecnologia.

A pesquisa teve participação de 2,2 mil pessoas com idade entre 16 a 75 anos de todas regiões do país. A maioria das pessoas entrevistadas afirmou que a tecnologia e a ciência são essenciais para que haja o desenvolvimento da nação. Outros temas considerados importantes foram a medicina e saúde, com 79% de preferência, e meio ambiente, com 76%.

Essa pesquisa já foi realizada no Brasil em 1987, 2006, 2010 e 2015. O estudo é resultado da demanda do Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Além disso, contou com colaboração da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia.

Por volta de 60% dos jovens defendem o investimento em ciência

Foi realizada uma pesquisa amostral no dia 24 de junho pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), a qual mostrou que 60% dos jovens brasileiros são a favor de um aumento nos investimentos que o país faz em relação à ciência. Os dados também apontaram que 34% defendem manter os atuais valores, e apenas 5% acreditam que esses investimentos devem ser diminuídos.

Os resultados foram apresentados na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. No total, foram 2.206 pessoas entrevistadas, com idades de 15 a 24 anos, de todas regiões do Brasil. A pesquisa foi realizada entre os meses de março e abril (2019) nas residências dos entrevistados. A margem de erro é de 2%.

Na pesquisa, 69% dos jovens afirmaram que, para eles, a ciência traz muitos benefícios. Outros 27% acreditam que apenas alguns benefícios são adquiridos e, para 4%, quase nenhum benefício. A entrevista também apresentava um ponto que diz respeito às categorias que eles acreditavam apresentar mais confiança. A maioria apontou os professores (50%), outra parcela apontou os médicos (37%) e, por fim, outros se referiram a cientistas de universidades ou institutos públicos (36,7%).

Outro dado que despertou a atenção dos pesquisadores foi que somente 5% dos jovens brasileiros recordaram-se do nome de algum cientista brasileiro. Além disso, grande parte (87%) não conseguiu citar nenhuma instituição brasileira que faz pesquisa científica. De acordo com um dos coordenadores da pesquisa e sociólogo, os dados são preocupantes, já que existe uma desordem entre a demanda, pois a maioria dos jovens manifestou interesse por ciência, mas a realidade concreta dessa propensão social é totalmente escassa.

Faça a publicação dos seus releases, por meio de um divulgador de notícias. O Universo de Negócios é um divulgador de notícias que busca publicar vários tipos de conteúdo, desde os mais técnicos, até os que contribuem para a rotina de seus leitores. Os assuntos são diversificados, mas todos com sua devida relevância para o seu público. Elabore releases e Guest Post e conte com um divulgador digital para realizar a publicação.

Acessando o site, é possível navegar por conteúdos que irão contribuir para o seu crescimento intelectual e mantê-lo atualizado.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Revelado gene que indica a eficiência de tratamento contra o câncer de pele

Um gene que integra o sistema de relógio biológico do organismo, o BMAL1, pode ser um importante marcador da eficiência da estimulação do sistema imunológico (imunoterapia) no combate do melanoma, tipo de câncer de pele, revela pesquisa do IB (Instituto de Biociências) da USP.

Os cientistas analisaram células de tumores e verificaram que níveis elevados do BMAL1 estimulam o funcionamento do sistema imunológico, tornando mais efetivo o combate ao câncer pelo organismo. O estudo foi coordenado pela professora Ana Maria de Lauro Castrucci e os resultados são descritos em artigo publicado no periódico *Frontiers in Oncology*.

A imunoterapia consiste em estimular o sistema imunológico do próprio paciente contra as células cancerosas. "O grande desafio, porém, é que somente uma pequena parcela dos pacientes responde à imunoterapia, e ainda é um tratamento de custo bastante elevado", explica Leonardo Vinícius Monteiro de Assis, pós-doutorando da professora Castrucci.

Portanto, biomoléculas que indicam a viabilidade dessa forma de tratamento podem economizar recursos e tornar o combate à doença mais eficiente. Participaram ainda deste estudo outros professores, pós-doutores e doutorandos do IB, destacando-se a aluna Gabriela Sarti Kinker, coprimeira autora do artigo.

A professora Ana Maria Castrucci dedica-se a temas relacionados ao efeito da luz e de hormônios sobre o relógio biológico há mais de duas décadas, sempre subvencionada pela Fapesp (auxílios temáticos) e CNPq (auxílios universais e bolsa de produtividade). Seus estudos iniciais sobre pigmentação comparada a levaram à descoberta da melanopsina em mamíferos, um fotopigmento encontrado na retina e que tem forte ligação com a regulação do relógio biológico.

A partir daí, a professora direcionou seus esforços para aspectos filogenéticos desse sistema de marcação de tempo e tem orientado diversos trabalhos sobre o assunto em uma abordagem comparativa. "Nós estudamos como a luz e a temperatura são capturadas pelas opsinas [tipo de fotorreceptor] em diferentes grupos evolutivos e, mais recentemente, como afetam os processos biológicos da pele", diz Leonardo de Assis.

Relógio biológico

O relógio biológico é composto de um sistema de genes, presentes em todas as células.

Assis explica que, em mamíferos, apesar de cada órgão possuir um "relógio próprio", eles se comunicam e são regidos pelo "relógio central" localizado no cérebro. Em casos de perturbação desse sistema, ocorre o fenômeno conhecido como cronoruptura. Ela pode ser considerada aguda e ser resolvida em questão de dias, como ocorre no jet lag ou no horário de verão, ou crônica e se prolongar por um período mais extenso, como tem sido documentado em trabalhadores noturnos.

O estudo trouxe duas importantes descobertas. A primeira foi que pacientes com elevada expressão de BMAL1 no tecido tumoral tendiam a sobreviver por mais tempo. Foram analisadas 340 amostras de melanoma metastático do The Cancer Genome Atlas (TCGA), um banco de dados público de diversos tumores. Com isso, a pesquisa provou que essa sobrevida maior está relacionada ao fato de tumores com elevados níveis de BMAL1 apresentarem deficiência no reparo de DNA. Isso contribui com a síntese de proteínas anômalas e leva a uma ativação exacerbada do sistema imunológico. Dessa forma, o organismo combate o câncer de maneira mais efetiva.

A outra conclusão importante do estudo é a de que o BMAL1 poderia ser utilizado como biomarcador para a imunoterapia, indicando casos em que ela teria mais chances de funcionar. Esse tipo de tratamento vem ganhando destaque nos últimos anos, chegando inclusive a ser o tema de pesquisa dos ganhadores do Prêmio Nobel de Medicina em 2018, os imunologistas James P. Allison e Tasuku Honjo.

Outro resultado interessante proveniente do laboratório da professora provou que, em casos de melanoma não metastático em modelos animais, ocorre um quadro de cronoruptura sistêmica, não reservada apenas à área onde se encontra o câncer. A descoberta sugere uma possível relação entre essa alteração do funcionamento do relógio biológico e posterior estabelecimento da metástase. Caso essa hipótese seja confirmada, poderia se originar um novo alvo terapêutico para o melanoma cutâneo.

FOLHA MT - NOTÍCIAS

Inep realiza questionário para revisar o Censo da Educação Superior
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) quer revisar o Censo da Educação Superior. O objetivo, segundo a autarquia, é aperfeiçoar o processo da coleta de dados.

O Inep disponibilizou um questionário online voltado para pesquisadores, professores, gestores educacionais e demais usuários da base de dados, que ficará disponível até 30 de agosto.

"O instrumento de coleta de dados está em processo de revisão. Por isso, o Instituto conta com a colaboração fundamental de quem utiliza ou já consultou as informações do censo, acolhendo sugestões e críticas", diz a autarquia em nota.

O formulário da pesquisa traz perguntas, segundo o Inep, que ajudam a conhecer melhor quem usa as informações, com qual finalidade, quais são os dados mais consultados e, ainda, o que poderia melhorar no censo. Entre outras questões, está a pergunta se houve dificuldade para entender o conceito de alguma variável do censo e se houve alguma informação que se esperava encontrar e não se identificou na base de dados.

O Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo Inep. Reúne informações sobre as instituições de ensino superior, os cursos ofertados, os professores e os alunos. O preenchimento do censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das instituições em programas do Ministério da Educação, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil

(Fies) e as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O censo serve de base ainda para a Avaliação da Educação Superior, sendo usado para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), dois dos indicadores da qualidade da educação superior divulgados pelo Inep.

Ensino superior

No total, o ensino superior brasileiro tem cerca de 8,3 milhões de estudantes em cursos de graduação. Desses, 6,5 milhões estão matriculados em cursos presenciais. A maior parte dos estudantes está matriculada em instituições de ensino privadas, que concentra 75,3% das matrículas.

Em relação à qualidade dos cursos, medido pelo CPC, em 2017, apenas 2,5% dos cursos avaliados nesse ano obtiveram o conceito máximo. Outros 36,3% obtiveram conceito 4. A maioria dos cursos, 52%, obteve conceito 3; 9,1% obtiveram conceito 2 e 0,4% obteve conceito 1, o menor na escala de qualidade.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Inep realiza questionário para revisar o Censo da Educação Superior
O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) quer revisar o Censo da Educação Superior. O objetivo, segundo a autarquia, é aperfeiçoar o processo da coleta de dados.

O Inep disponibilizou um questionário online voltado para pesquisadores, professores, gestores educacionais e demais usuários da base de dados, que ficará disponível até 30 de agosto.

"O instrumento de coleta de dados está em processo de revisão. Por isso, o Instituto conta com a colaboração fundamental de quem utiliza ou já consultou as informações do censo, acolhendo sugestões e críticas", diz a autarquia em nota.

O formulário da pesquisa traz perguntas, segundo o Inep, que ajudam a conhecer melhor quem usa as informações, com qual finalidade, quais são os dados mais consultados e, ainda, o que poderia melhorar no censo. Entre outras questões, está a pergunta se houve dificuldade para entender o conceito de alguma variável do censo e se houve alguma informação que se esperava encontrar e não se identificou na base de dados.

O Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo Inep. Reúne informações sobre as instituições de ensino superior, os cursos ofertados, os professores e os alunos. O preenchimento do censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das instituições em programas do Ministério da Educação, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e as bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O censo serve de base ainda para a Avaliação da Educação Superior, sendo usado para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), dois dos indicadores da qualidade da educação superior divulgados pelo Inep.

Ensino superior

No total, o ensino superior brasileiro tem cerca de 8,3 milhões de estudantes em cursos de graduação. Desses, 6,5 milhões estão matriculados em cursos presenciais. A maior parte dos estudantes está matriculada em instituições de ensino privadas, que concentra 75,3% das matrículas.

Em relação à qualidade dos cursos, medido pelo CPC, em 2017, apenas 2,5% dos cursos avaliados nesse ano obtiveram o conceito máximo. Outros 36,3% obtiveram conceito 4. A maioria dos cursos, 52%, obteve conceito 3; 9,1% obtiveram conceito 2 e 0,4% obteve conceito 1, o menor na escala de qualidade.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC quer ofertar 99 serviços em portal único na web até 2020

Ministro anunciou portal que vai reunir dezenas de serviços oferecidos por órgãos da pasta, e diz que economia vai ser de recursos públicos vai ser de R\$ 6,5 milhões.

O Ministério da Educação anunciou nesta segunda-feira (29) um plano de “transformação digital” que deve ser implementado até 2020. A ideia é unificar os diversos canais digitais do ministério em um portal único do governo federal.

Segundo o ministro Abraham Weintraub, a economia da verba pública é estimada em R\$ 6,5 milhões ao ano.

Login único

Ao todo, 99 serviços serão ofertados em ambiente digital até 2020 – o MEC não divulgou a lista completa de serviços, mas afirmou que ela inclui 48 serviços de educação superior, 47 da educação básica (ensino fundamental e médio) e 4 da educação profissional.

A ideia é usar o login do portal <http://gov.br> – que deve ser lançado nesta semana pelo governo federal – para serviços que, atualmente, requerem cadastros separados.

Assim, com uma única senha, o estudante poderia acessar conteúdos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), obter a certificação de ensino médio (Encceja), se inscrever no Enem e disputar uma vaga no Sisu, por exemplo.

“Estamos visando a simplificar a vida do usuário, do pagador de imposto, de quem tá lá na ponta, e também reduzir os custos”, declarou Abraham Weintraub, ministro da Educação.

Serviços hoje ligados à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) também devem migrar para o novo portal.

O plano, segundo o MEC, foi construído em conjunto e seguindo diretrizes do Ministério da Economia e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Servidores não serão unificados

Questionado pela TV Globo, o presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, informou que as inscrições do Enem, por exemplo, continuarão a ser processadas nos servidores do instituto. “A diferença é que o login e a senha passa a ser único, para todo o governo federal”, disse.

O prazo para a migração de login desses cadastros maiores – por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – ainda está

sendo definido, e não foi divulgado nesta segunda. "Mas o Enem, a partir do ano que vem, já será pelo login único", diz o secretário-executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel.

“Nós estamos num plano do governo federal que é ter um único portal. Não vamos reinventar a roda, e sim, trabalhar em conjunto. O sigilo dos dados não muda, o tratamento é o mesmo, a única questão é a forma de acesso”, afirma Vogel.

Economia de tempo e deslocamento

Segundo cálculos feitos pelo MEC, porém, o novo portal deve economizar, além de R\$ 6,5 milhões em verbas públicas, o "tempo e deslocamento do cidadão".

“A principal economia é em relação a tempo e deslocamento do cidadão. Para esse cálculo, a gente leva em conta quantas vezes ele precisa se deslocar. Não é só economia do governo, mas também do cidadão”, afirmou Daniel Miranda Rogério, diretor de Tecnologia da Informação do MEC.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC quer reunir serviços de inscrições para bolsas e exames em nova plataforma Login único deve dar acesso a 99 serviços do ministério; site deve entrar no ar em 2020

O Ministério da Educação anunciou nesta segunda-feira (29) um plano para migrar para uma única plataforma o acesso a diferentes serviços da pasta, como inscrições para exames, bolsa de pesquisa e Fies.

Ao todo, 99 serviços devem ser incluídos no modelo, que prevê acesso por meio da plataforma Gov.br. A lista ainda não foi divulgada.

Segundo o diretor de tecnologia da informação, Daniel Miranda Rogério, haverá datas diferentes para implementação e integração à base de cada serviço.

Para o Enem, a ideia é que a nova plataforma passe a ser utilizada no próximo ano para inscrições. A migração dos demais serviços deverá ocorrer até 2020.

Com a mudança, os usuários poderão acessar os serviços na plataforma com um só login. A estimativa da pasta é que a medida traga economia de R\$ 32,5 milhões por ano após a implementação completa.

Apesar da mudança, contudo, nem todos os serviços devem ser 100% digitais, segundo a pasta. O Enem continuará sendo feito por exames presenciais.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Fies – Prazo para renegociação de dívidas termina hoje (29/07)

O Ministério da Educação informa que o prazo para renegociação da dívida dos estudantes do ensino superior que aderiram ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) termina nesta segunda-feira, 29 de julho. A vantagem é que os valores podem ser parcelados por, no mínimo, 48 meses. Antes de abril, quando foi aberto o período de renegociação, só era possível o pagamento à vista

Mais de 500 mil alunos estão com os contratos de financiamento na fase de amortização

e com atraso no pagamento das prestações, de acordo com o MEC. O saldo devedor total alcança cerca de R\$ 11,2 bilhões.

Para pedir a renegociação, os estudantes precisam:

- ter firmado o contrato com o Fies até o segundo semestre de 2017;
- estar com as parcelas atrasadas em, no mínimo, 90 dias;
- ter contratos em fase de amortização.

Além disso, os contratos não podem ser objeto de ação judicial. A depender do tipo contrato, a renegociação também poderá ser feita pelo prazo de amortização.

Como regularizar

Os interessados devem procurar a instituição bancária onde o contrato foi assinado. O valor da parcela resultante da renegociação não poderá ser inferior a R\$ 200. Há ainda a parcela de entrada. O estudante deverá pagar ou 10% da dívida consolidada vencida, ou R\$ 1.000 — o que tiver o maior valor.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Projeto de internacionalização da pós-graduação do Inpe lança novos editais Inscrições vão até 30 de agosto

Até 30 de agosto, o Projeto Institucional de Internacionalização da Pós-Graduação (PII) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) recebe inscrições para bolsas de pós-doutorado no Brasil e para pesquisador visitante tanto no país como no exterior. As bolsas são oferecidas pelo PII-INPE no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt) da CAPES.

São três novos editais, que contemplam estudos em astrofísica instrumental, heliofísica, modelagem e análise de dados da Terra e do Espaço, uso de satélites para soluções ambientais globais, meteorologia tropical e missões espaciais.

Os interessados devem estar atentos ao site do projeto, onde poderão ser publicados eventuais avisos relacionados a estes editais. O período de vigência das bolsas inicia entre novembro e dezembro deste ano.

Também estão nos editais, disponíveis no site do projeto, todas as normas e requisitos para a concessão das bolsas, assim como o cronograma do processo de seleção.

Acesse: <http://print.dpi.inpe.br>

Inpe

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

As bolsas do CNPq e o futuro

“Sem recursos para suas pesquisas, cientistas tendem a procurar alternativas profissionais em países desenvolvidos”, alerta o Estadão, em editorial

Por causa do contingenciamento de 41,9% das verbas para gastos discricionários na área de ciência, bloqueando R\$ 2,132 bilhões dos R\$ 5,79 bilhões previstos pela Lei Orçamentária Anual, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão da concessão de novas bolsas de pesquisa para doutorado, pós-doutorado e professores visitantes. O órgão prometeu reavaliar a decisão em setembro – isso se o governo liberar crédito suplementar. Além disso, reconheceu que os recursos previstos para o próximo semestre serão insuficientes para pagar as 84 mil bolsas que estão em vigência.

As dificuldades já eram previstas desde março, quando o Ministério da Economia anunciou os primeiros contingenciamentos. Na época, as atenções se concentraram nas áreas de educação e saúde. Agora, elas se voltam para os efeitos negativos que a suspensão das bolsas pode acarretar nas áreas de pós-graduação e de desenvolvimento científico. Há dois meses, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), já havia anunciado o corte de mais de 6 mil bolsas de pesquisa. Na época, o CNPq – que é subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – também havia alertado o governo de que não teria como honrar os compromissos assumidos.

A crise da área de pós-graduação e pesquisa começou há vários anos – antes da eclosão das atuais dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo governo -, quando os dois órgãos de fomento a pesquisa e formação acadêmica passaram a sofrer sucessivos cortes de verbas. Em 2014, por exemplo, o orçamento do CNPq foi de R\$ 1,3 bilhão. Em 2019, ele caiu para R\$ 784 milhões – valor que será concedido até o final do ano somente se o contingenciamento for suspenso.

Leia na íntegra: O Estado de S. Paulo

O Estado de S. Paulo não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante. No entanto, é possível fazer um cadastro rápido que dá direito a um determinado número de acessos.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

MEC anuncia login único para todos os serviços da pasta

Ministério antecipou a iniciativa do governo federal de reunir em um único portal todos os serviços e promete agilidade e economia

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário executivo do MEC (Ministério da Educação), Antonio Paulo Vogel, o diretor Daniel Miranda Rogério apresentaram nesta segunda-feira (29) o Plano de Transformação Digital da pasta.

A proposta é centralizar os 99 serviços prestados pelo MEC em um único portal do governo federal. “A ideia é que o cidadão tenha um único login para acessar todos os serviços prestados pelo governo federal e isso seja feito em uma única plataforma”, explica Rogério.

O Plano de Transformação Digital é uma parceria do Ministério da Economia e da Secretaria Geral da República. Deve ser implantado neste segundo semestre de 2019 até 2020. Além da padronização do acesso, também será realizada uma avaliação do serviço prestado.

Entre os objetivos da digitalização está a redução de burocracia e de custos para o cidadão, que deve ganhar em agilidade. “É mais econômico, reduz custos e tempo de espera, além de facilitar o acesso ao serviço público”. Todos os aplicativos também estarão disponíveis em um mesmo ambiente. “Estamos em um plano do governo federal, MEC está se integrando e trabalhando em conjunto. Sigilo de dados será o mesmo, só muda maneira de acesso, passará a ter um login único.”

De acordo com o MEC, a transformação digital deve render uma economia de R\$ 32 milhões, valor somado dos gastos do governo e dos cidadãos. “O Ministério economiza com espaço físico e estrutura, o cidadão não terá de ir até o ministério apenas para levar documentos, essa etapa será realizada de maneira digital”, explica Vogel.

Ainda segundo informou, no início do ano a pasta reduziu cargos de consultores e funcionários temporários, algo em torno de 100 pessoas. “Essa transformação digital ajudará a dar conta desses processos”.

Boa parte dos serviços oferecidos pelo MEC já estão em uma plataforma online como o Sisu (Sistema de Seleção Unificada) ou mesmo o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Todo o processamento continuará a ser realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), mas com um único login. O mesmo vale para o Fies (Financiamento Estudantil), apenas a assinatura do contrato com o banco permanecerá presencial.

O novo portal único (Gov. br) deve integrar até 2020 todos os canais digitais do governo federal e deve ser lançado oficialmente em dois dias.